

SÍNTESE POLÍTICA

O PLEBISCITO, AS REFORMAS E O NOVO GOVERNO

O atual momento político é, evidentemente, um momento de transição, no qual ainda não se consumaram as coalizões nem se afirmaram as tendências que dariam configuração mais definida à nossa conjuntura. Entretanto, já nos é possível tentar uma análise dos resultados e da significação do plebiscito de janeiro, interpretar os primeiros gestos do novo Governo para enfrentar o desafio decisivo que o provoca, o problema das reformas, e surpreender a formação das novas constelações que se estruturam no Congresso, num confuso jogo de barganha de interesses e de prestígio político. Uma coisa parece clara: a sorte do novo Governo, como talvez de toda a nação, está dependendo de sua capacidade de safar-se do caos que o ameaça. O dilema torna-se cada vez mais premente: ou evolução rápida ou revolução. É ele que decidirá da atual conjuntura política brasileira.

O RESULTADO do plebiscito de janeiro tornou patente a preferência da população por um governo forte. A grande massa podia não ter bastante sensibilidade para compreender a diferença entre duas formas de governo democrático, ou seja, entre o sistema parlamentarista e o presidencialista. O que ela entendia, contudo, e o que atestou pelo seu voto, foi a ausência de governo no sistema parlamentar.

Toda a população era unânime no desejo de reformas sociais e econômicas e estava convencida de que tais reformas só poderiam ser introduzidas por um governo que funcionasse. O plebiscito constituiu um voto de confiança em favor do Presidente GOULART. Ele significou, porém, talvez mais ainda, um voto em favor de um sistema de governo que fosse capaz de operar e de resolver rapidamente os problemas nacionais. Era

evidente para todos que o parlamentarismo não desempenhava esta função.

Os resultados das eleições de outubro e do plebiscito em janeiro não foram ainda publicados em sua totalidade. Pode, assim, ter escapado à atenção do observador que a abstenção no país em sua totalidade não foi desprezível, a propósito do plebiscito: atingiu no mínimo a cifra de 7 milhões sobre um total de 18,5 milhões de eleitores inscritos, ou seja, quase 40%. A abstenção em janeiro foi maior que nas eleições de outubro. Para um segmento substancial do eleitorado, o plebiscito não representava uma questão tão decisiva como a propaganda vinha sugerindo.

Homens públicos, situados em pólos políticos opostos, como CARLOS LACERDA e FRANCISCO JULIÃO, não deixaram de apregoar que se tratava de uma opção sem significado. Por outro lado, o setor da extrema esquerda, que, como BRIZOLA, tinha acesso junto ao Governo e gozava de seus favores, saiu a campo na propaganda pelo plebiscito e pelo presidencialismo.

JUSCELINO KUBITSCHIEK, ADHEMAR DE BARROS, MAGALHÃES PINTO e outros políticos, que têm as vistas voltadas para as eleições presidenciais de 1965, apoiaram enérgicamente a campanha pela volta ao presidencialismo. Tomando como critério as pessoas que se distinguiram na luta pela volta ao regime presidencial, pode-se concluir que o pronunciamento resultante do plebiscito não foi calcado sobre uma divisão entre direita e esquerda. É interessante notar, por exemplo, que em Pernambuco, onde as esquerdas conseguiram em

outubro eleger um Governador à sua feição, MIGUEL ARRAES, o voto em favor do parlamentarismo foi mais elevado que em grande parte dos outros Estados da Federação.

Como o eleitorado mais decididamente anti-GOULART votou pelo parlamentarismo ou se absteve de votar, a vitória do sistema presidencial pôde aparecer como uma vitória pessoal do Presidente. Entretanto, o voto pelo presidencialismo tanto podia ter esta referência pessoal, quanto significar que não havia alternativa, de vez que o parlamentarismo se tinha demonstrado inoperante. Era óbvio, neste caso, dar uma chance ao Presidente para restaurar seus plenos poderes presidenciais, e assumir a responsabilidade na realização das reformas, que já se faziam há muito desejar.

Encontrar soluções para as reformas de base — financeira, administrativa, agrária, constitucional e outras —, constitui agora o teste crucial para o Presidente e seu novo governo. É interessante, conquanto não surpreendente, notar que as pressões por tais reformas não estão sendo veiculadas pelos partidos políticos, mas por grupos de interesses ou por grupos profissionais, como sindicatos, classes produtoras, estudantes, e outros, que estão empenhados em promover comissões de trabalho para projectar reformas inspiradas nos respectivos esquemas e interesses.

O Congresso para Definição das Reformas de Base, que reuniu em São Paulo peritos nos vários setores nos quais as reformas devem ser empreendidas, empenhou-se num trabalho sério que pode

constituir um apreciável subsídio para as deliberações do Congresso Federal. Não é difícil prenunciar que a maneira pela qual o Presidente e o novo Congresso enfrentarão o problema das reformas será a prova decisiva de sua capacidade para, não só recuperar, como melhorar as estruturas econômicas e sociais brasileiras. O governo começou bem com seu Plano Trienal, que foi considerado bom por não poucos economistas e encontrou uma reação favorável no país e no exterior. É verdade que o Fundo Monetário Internacional, habitualmente incapaz de pressentir as conseqüências sociais e políticas de um plano econômico, não se congratulou pelo caráter gradativo das medidas antiinflacionárias sugeridas pelo Plano. Ele desejaria dar côbro à inflação dentro de um ano. Mas os autores do Plano Trienal foram suficientemente realistas para evitar a recomendação de medidas que o país não poderia aguentar.

O grande ponto de interrogação, contudo, é a execução do Plano. Os melhores planos podem fracassar tanto por falta de um aparelho administrativo eficiente, como por excesso de burocracia. Assim como uma boa Constituição não significa necessariamente um bom governo, assim também um bom Plano Trienal não significa necessariamente a salvação econômica do país.

Os grupos da direita conservadora não se sentem felizes com o Plano. Vêm nêle perigosas tendências socializantes. Mas, por outro lado, também a extrema esquerda não está satisfeita. O órgão do Partido Comunista *Novos*

Rumos atacou o plano. Entretanto, o *Isvestia*, de Moscou, elogiou-o. A discrepância pode levar alguém a se interrogar se a extrema esquerda no Brasil não estará mais sob a influência de um fidelismo irresponsável e destrutivo, do que sob a influência mais solerte e precavida da linha de KRUSCHIEV.

Até recentemente era hábito das forças conservadoras criticar indiscriminadamente o Presidente. Com o lançamento do Plano Trienal, a extrema esquerda fez suas algumas das críticas ao governo, naturalmente partindo de pontos-de-vista diferentes. Nada seria tão prejudicial à sua causa do que uma recuperação econômica do Brasil, que tornaria muito menos eficazes suas manobras de agitação. Para prevenir esse possível processo da recuperação, muitos elementos da extrema esquerda, já no governo JÂNIO QUADROS, tinham adotado atitudes de cooperação que lhes facilitaram uma tranqüila penetração nos quadros administrativos.

A esquerda está agora dividida em três grupos: a esquerda palaciana, que visa a apoiar o Presidente; a esquerda turbulenta, interessada em dominá-lo e impedir que se desloque num sentido centrista. Nesta linha se situam o Comando Geral dos Trabalhadores, BRIZOLA e outros. Enfim, a esquerda nitidamente anti-Jango, representada por JULIÃO. Enquanto BRIZOLA se empenha numa campanha de âmbito nacional para desacerditar o Congresso e se orienta assim para soluções extralegis, parece que as esquerdas, em sua grande maioria, não consegui-

ram ainda definir-se sobre as vantagens de apoiar o novo governo de GOULART ou de sabotar seus esforços reformistas. Muito dependerá da figura mais dinâmica e mais hábil do novo ministério, SAN TIAGO DANTAS. Provavelmente sua atuação haverá de decidir se a esquerda aceitará enquadrar-se num papel mais positivo, impondo uma disciplina aos grupos mais extremistas. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), — organização, aliás, ilegal no direito trabalhista brasileiro, — assume com insistência a atitude de porta-voz das forças operárias. Na realidade, é uma organização de cúpula, desvinculada das massas trabalhadoras. Haja vista o fato de que seus apelos a greves gerais redundaram em fracassos. O diálogo do Presidente com o CGT, em fevereiro, mostrou que GOULART está sempre disposto a ouvir a opinião do trabalho e a acolher sua participação na elaboração das reformas. Contudo, o Presidente deixou claro que as decisões são tomadas pelo governo.

A composição do atual governo representou um compromisso que desapontou elementos da extrema esquerda. O PTB obteve os quatro ministérios chave. O PSD teve de se contentar com o Ministério da Saúde e o Ministério da Indústria e Comércio e ganhou ainda um ministro sem pasta, para a reforma administrativa. O Ministério da Educação foi objeto de uma concessão à força política de ADHEMAR DE BARROS, que de novo emerge para o cenário político, após sua vitória em São Paulo.

É evidente a predominância do PTB na administração. Sua in-

fluência, porém, pode ser parcialmente reduzida pelo poder dos governadores. As conferências de governadores se estão tornando uma instituição, e nesse plano a balança pende em favor da UDN e do PSD. Duas figuras políticas podem constituir uma fonte de contínuas apreensões para o governo: ADHEMAR DE BARROS e eventualmente MAGALHÃES PINTO, para não falar no Governador da Guanabara, que domina o baluarte da oposição aberto sempre a aliados potenciais.

A posição do PSD ainda não é suficientemente clara. O fato, porém, de seu líder AMARAL PEIXOTO ter accitado o Ministério para Reforma Administrativa, parece sugerir que o partido pretende assumir a iniciativa num importante setor de reformas, procurando assim não ficar à margem dos acontecimentos, mas tentando mesmo exercer sobre eles algum controle. A malcabilidade com que o PSD se ajustou às novas circunstâncias garantiu a GOULART o apoio inicial de que necessitou nos primeiros meses de sua administração presidencialista, mas deixou também ao partido a porta aberta para outras alternativas. O PTB nunca pode estar seguro se o PSD não preferirá afastar-se da coalizão. Assim, o PSD dispõe de uma espécie de poder de veto sobre o governo de GOULART, pois, sem êle, dificilmente poderá o Executivo ganhar no Congresso a batalha das reformas.

A exata composição do novo Congresso, no momento em que redigimos esta síntese, é ainda um mistério. O PTB e, por conseguinte, também os outros partidos, es-

tão empenhados a fundo nos contatos individuais com os Congressistas, tentando abalar-lhes a fidelidade partidária. Assim, podemos observar que as conquistas eleitorais do PR foram praticamente rateadas entre o PTB e o PSD. O PTB faz todos os esforços, através destas manobras, para tornar-se o partido majoritário. A docilidade do Congresso ao Presidente GOULART dependerá da habilidade deste em manter as boas graças do PSD. É pouco provável, entretanto, que este fique satisfeito com uma posição claramente secundária no governo. Não se pode ainda falar numa nítida divisão de posições, pró e contra o governo, salvo no caso da UDN, que se reserva uma atitude oposicionista. Forças que hoje se pronunciam pro, amanhã poderão pronunciar-se contra o governo. Tudo depende de como GOULART venha a portar-se.

Não há dúvida de que, nos últimos meses, se fortaleceu a posição do Presidente, não apenas por

causa da volta ao sistema presidencialista, mas também porque a extrema esquerda, mais inclinada a processos revolucionários, está dividida. O mesmo se pode dizer do pólo político oposto, com a agravante de que nenhuma das forças extremistas dispõe de um líder com penetração nacional. É possível que as forças moderadas venham a constituir o fulcro da administração de GOULART, caso seja isto o que ele no fundo deseje. É muito provável que ele se tenha dado conta de que a esquerda, sobre cujo dispositivo sempre se apoiou, seja menos manipulável que o centro, no sentido de dar-lhe cobertura para lhe garantir a liberdade de manobrar as forças progressivas e produtivas no interesse do Estado e da Nação.

Especialmente um líder ainda vê no comportamento ambíguo a maior arma de seu poder. Entretanto, parece que a hora da ambigüidade política se aproxima de seu fim.

AR CONDICIONADO
 engenheiros
 especializados
SISTÊNCIA E GARANTIA

Comfort-Air S/A
 ENGENHARIA — INDUSTRIA
 COMÉRCIO

WASHINGTON LUIS, 81 - 1º, 2º e 3º - TELEFONES 22-2030 e 22-4925